



AS CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS E O BILINGUISMO: CAMINHOS PARA FORMAÇÃO DE SUA IDENTIDADE

Marinalva da Silva Brito¹ and Nilvanei Lemos Soares²

¹ Professora especialista da Universidade Estadual de Roraima- UERR/Intérprete de Língua de Sinais - Mestranda em Educação – IFRR/UERR.

² Professor da educação básica, licenciado em Física / Mestrando em Física – da Universidade Federal de Roraima – UFRR.

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo discutir a educação dos surdos na consolidação de sua identidade, partindo das concepções filosóficas que permearam sua trajetória até os estudos contemporâneos que apontam o bilinguismo como a mais recente discussão na formação identitária do surdo como autor de sua própria história. O tema em destaque compõe um capítulo de minha dissertação de mestrado que tem por título: O Ensino da Língua Portuguesa como Segunda Língua no Centro Estadual de Atendimento às Pessoas com Surdez Princesa Izabel em Boa Vista Roraima. A pesquisa realizada para os dados aqui apresentados foi de cunho descritivo e com fonte predominantemente bibliográfica.

Palavras-chave: Surdo; Identidade; Concepções filosóficas; bilinguismo.

INTRODUÇÃO

Durante minha pesquisa percebi o quão importante foi para o surdo o registro das concepções filosóficas que fundamentaram sua trajetória educacional. Embora em alguns momentos da história essas concepções possam ter sido um ponto obscuro e de sofrimento para esse sujeito, foi, de certa forma, essa evolução de insatisfações que hoje funciona como dados históricos para dar subsídios ao desenvolvimento educativo do surdo e ilustrar seu histórico de resistência ao longo dos anos.

O processo educacional que trata das tendências de educação escolar para pessoas com surdez tem evoluído em muitas questões. A princípio essas tendências visam priorizar a inserção desses alunos na escola comum, ou em classes especiais, ou até mesmo na escola especial para alunos surdos. Consequentemente, com a progressão da educação desse aluno muitos questionamentos são fomentados, entre estes a questão da identidade surda. Qual sua natureza? Quais implicações os surdos enfrentam para se constituir como sujeitos do processo ensino-aprendizagem, dada sua peculiaridade linguística? Para fundamentar e entender essa construção ideológica faz-se necessário compreender outras questões que permeiam o universo educacional do surdo. Uma dessas questões trataremos nesse artigo, a saber: o bilinguismo e as tendências ou concepções filosóficas da educação de surdos.



A metodologia da pesquisa que ensejou o presente trabalho foi desenvolvida no período de maio de 2017 a junho de 2018, no Centro de Atendimento às Pessoas com Surdez em Boa Vista Roraima. Além da pesquisa bibliográfica, que foi fundamental para essa produção, realizamos também uma pesquisa documental de cunho descritivo. Para fundamentar nosso serviço de pesquisadores tivemos o apoio logístico disponível pela gestão do CAS e a participação de oito professores que

configuraram a pesquisa que vai além desse trabalho, que formou o corpo da dissertação de mestrado que deu origem a esse artigo.

Dessa forma, sem a pretensão de esgotar o tema, faremos um relato sobre as filosofias que sustentaram a educação do surdo até os dias atuais, bem como apresentaremos dados do contexto histórico que demonstram como a construção da identidade do surdo é uma luta, que vem ao longo de muitos anos sendo travada em prol dessa tão importante conquista, que é a consolidação do surdo como um ser com cultura e identidade distintas, que tem plenos direitos e competências, desde que esse seja respeitado em suas diferenças.

AS CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS

Segundo Goldfeld (2002), em 1750, com Samuel Heinick, na Alemanha, surgem as primeiras noções da filosofia educacional oralista. Essa, na verdade, foi a primeira concepção filosófica para nortear a educação do ser surdo. Contudo, não muito distante, mais precisamente em 1817 surge outra filosofia caracterizada pelo fato de tudo que o surdo fizesse, fosse gesto ou leitura labial, servia para o processo educativo. Foi neste momento histórico que Thomas Hopkins Gallaudet fundou a primeira escola permanente para surdos onde ocorria um tipo de francês sinalizado, essa metodologia diferenciada, mais adiante foi denominada como Comunicação Total.

Ainda segundo Goldfeld (2002), a partir de 1860 com o método oral de ensinar o surdo ganha vigor. Acreditava-se que a língua de sinais, ocorrendo em conjunto com a oralidade, desfavorecia e seria prejudicial para aprendizagem da língua oral. Um dos mais importantes defensores do oralismo foi Alexander Graham Bell, inventor do telefone, que exerceu grande influência na votação do Congresso Internacional de Educadores de Surdos. Para Salles,

Em Milão, na Itália, em 1880, realiza-se o Congresso Internacional de Surdo Mudez, ficando definido que o Método Oral é o mais adequado na educação do surdo. Nesse congresso, a visão oralista defende que só através da fala o indivíduo surdo poderá ter seu desenvolvimento pleno e uma perfeita integração social. Desse modo, o domínio da língua oral torna-se condição básica para sua aceitação em uma comunidade majoritária. (SALLES, 2005, p. 55)

Na concepção de Salles (2005), o Congresso de Milão em 1880, constituiu-se num dos momentos mais obscuros da trajetória educacional dos surdos, pois as decisões que mais influenciaram na concepção educacional da pessoa surda foram tomadas por maioria de pessoas ouvintes. Ali se decidiu que a língua oral seria utilizada na educação e no ensino de surdos, substituindo-se, assim, as possibilidades de uso das línguas de sinais. Quadros salienta que

O objetivo foi discutir a educação de surdos e analisar as vantagens e os inconvenientes do internato, o período necessário para educação formal, o número de alunos por salas e, principalmente, como os surdos deveriam ser ensinados, por meio da linguagem oral ou gestual. (QUADROS, 2006, p. 26)

Em consequência do comitê do congresso ser constituídos apenas por ouvintes, o oralismo foi a técnica preferida na educação dos surdos e adotada nos fins do século XIX e maior parte do século XX. Contudo, até os dias atuais, por mais que as discussões sobre a educação de surdos tenham sido ampliadas,

[...] ainda detém grande força a abordagem educacional oralista. *Oralista* é a adjetivação dada àquelas abordagens que enfatizam a fala e a amplificação da audição e que rejeitam, de maneira explícita e rígida, qualquer uso da língua de sinais. (SÁ, 2006, p. 83)

A consolidação dessa tendência deu-se por algumas diretrizes adotadas logo após o supramencionado congresso. Reiterando que algumas resoluções foram implementadas para nortear, naquele momento, o desenvolvimento educacional da pessoa surda. O congresso teve a duração de 3(três) dias, e nesse período foram votadas, e aprovadas por unanimidade, oito resoluções¹. As resoluções são:

¹ http://pt.wikipedia.org/wiki/História_dos_surdos. Acesso em: 01-11-2017.

1. O uso da língua falada, no ensino e educação dos surdos, deve preferir-se à língua gestual;
2. O uso da língua gestual em simultâneo com a língua oral, no ensino de surdos, afeta a fala, a leitura labial e a clareza dos conceitos, pelo que a língua articulada pura deve ser preferida;
3. Os governos devem tomar medidas para que todos os surdos recebam educação;
4. O método mais apropriado para os surdos se apropriarem da fala é o método intuitivo (primeiro a fala depois a escrita); a gramática deve ser ensinada através de exemplos práticos, com a maior clareza possível; devem ser facultados aos surdos livros com palavras e formas de linguagem conhecidas pelo surdo;
5. Os educadores de surdos, do método oralista, devem aplicar-se na elaboração de obras específicas desta matéria;
6. Os surdos, depois de terminado o seu ensino oralista, não esqueceram o conhecimento adquirido, devendo, por isso, usar a língua oral na conversação com pessoas falantes, já que a fala se desenvolve com a prática;
7. A idade mais favorável para admitir uma criança surda na escola é entre os 8-10 anos, sendo que a criança deve permanecer na escola um mínimo de 7-8 anos; nenhum educador de surdos deve ter mais de 10 alunos em simultâneo;
8. Com o objetivo de se implementar, com urgência, o método oralista, deviam ser reunidas as crianças surdas recém-admitidas nas escolas, onde deveriam ser instruídas através da fala; essas mesmas crianças deveriam estar separadas das crianças mais avançadas, que já haviam recebido educação gestual, a fim de que não fossem contaminadas; os alunos antigos também deveriam ser ensinados segundo este novo sistema oral

Conforme Quadros (2006. p.33) “Assim, materializam-se as condições para que o Congresso de Milão, em 1880, aprove e efetive em quase todo o mundo, a concepção oralista na educação de surdos”. Provavelmente, por ser uma das primeiras filosofias consolidadas na educação dos surdos, o oralismo exerceu sua influência, sem questionamentos relevantes, por um longo período, servindo de base para novos estudos, dada às necessidades de mudanças que insistiam em aflorar. Santos (2015, p. 77) afirma:

Por um século essa foi a filosofia que fundamentou o trabalho dos professores de surdos. Mesmo antes dessa data, quando a Língua de Sinais era utilizada na educação do surdo, o objetivo principal desse ensino estava centrado na língua majoritária do País e, principalmente, no desenvolvimento da fala, da oralidade.

Contudo, em paralelo ao oralismo que se desenvolvia no contexto educativo do aluno com surdez, dadas muitas insatisfações e ausência de resultados satisfatórios, a filosofia educacional da comunicação total se instala e ganha vulto na década de 1960, após a publicação de William Stokoe. De acordo com Júnior (2015, p. 14), Stokoe foi um linguista americano que com seu grupo de pesquisa, em 1965, publicou a célebre obra *The Dictionary of American Sign Language on Linguistic Principles*. Esse grupo foi formado pelos primeiros estudiosos a falar sobre as características sociais e culturais do surdo que apontavam os gestos e sinais produzidos pelos surdos como uma língua de fato. Conforme afirma Skliar, (2013, p.07):

Foram mais de cem anos de práticas de tentativa de correção, normalização e de violência institucional; instituições especiais que foram reguladas tanto pela caridade e pela beneficência, quanto pela cultura social vigente que requeria uma capacidade para controlar, separar e negar a existência da comunidade surda, da língua de sinais, das identidades surdas e das experiências visuais, que determinam o conjunto de diferenças dos surdos em relação a qualquer outro grupo de sujeitos.

Como característica principal dessa filosofia havia também a preocupação com a aprendizagem da língua oral pela criança surda. Nesse contexto, havia a crença de que os aspectos cognitivos, emocionais e sociais da pessoa surda seriam melhores comunicados em gestos e não deveriam estar aquém em benefício da prática exclusiva da língua oral. Por esse motivo essa filosofia foi marcada pela defesa da utilização dos recursos espaços-visuais como facilitadores da comunicação e apresentou uma nova percepção do ser surdo em todos os aspectos de sua personalidade.

As premissas dessa tendência educacional apontam que o surdo não é exatamente um deficiente, e sim uma pessoa que utiliza também a comunicação visual e gestual para se comunicar, dessa forma o termo ‘deficiente auditivo’ é suprido por “surdo”. Diferentemente da filosofia oralista, a comunicação total não avalia a língua de sinais como sendo danosa ao surdo e sim como um extraordinário instrumento que deve promover o entendimento e favorecer o desenvolvimento cognitivo da pessoa surda. Uma das defesas da comunicação total é o uso de gestos e sinais com objetivo de tornar mínimos os problemas comunicativos naturais gerados pela surdez, num contexto social de maioria ouvinte.

As primeiras publicações de Stokoe nesse sentido, constituíram-se em apontamentos que favoreceram revisões em estilos e políticas educacionais pelas instituições e especialistas educacionais que se dedicavam a compreender a educação formal da pessoa surda. Por sua vez, em maioria a nova filosofia da comunicação total foi muito bem recepcionada pelos pesquisadores da época. No intuito de favorecer a comunicação da pessoa surda, a comunicação total arregimenta-se de variados recursos, sendo que o principal destes é o bimodalismo, que se caracteriza pela concomitância do uso das mãos e da leitura labial ou fala entre os interlocutores.

O bimodalismo é apontado dentro da filosofia da comunicação total como um recurso importante para reduzir a dificuldade de comunicação que comumente a pessoa surda protagoniza no seu dia a dia, impedindo, desta forma, que, em decorrências dessas dificuldades, o ser surdo fique impedido de desenvolver plenamente suas habilidades sociais. Outra importante premissa dessa filosofia é a articulação basilar entre família e escola. Nesse contexto, questões relevantes são articuladas acerca da relação entre a criança surda e sua família, tecendo inclusive críticas às outras filosofias educacionais, inclusive a questão mais sensível e atual que é a filosofia do bilinguismo, que, de certa forma, impõe aos pais que falem com seus filhos fazendo uso separado do português e da língua de sinais.

Pela crítica ensejada o bilinguismo iguala-se ao oralismo, no sentido de refutar a diferença típica do ser surdo. Visto que o oralismo objetiva igualar a pessoa surda ao ouvinte pelo padrão oral. E, no caso do bilinguismo, objetiva igualar a família ouvinte ao padrão surdo. Por esses argumentos a comunicação total é concebida como intermediadora da convivência com a diferença, no sentido de que procura aproximar e facilitar a comunicação entre a pessoa surda e sua família ouvinte.

O bilinguismo é a terceira tendência educacional da pessoa surda, consolidando-se numa filosofia que tem como pressuposição fundamental que o ser surdo é, ou deve se tornar, um ser bilíngue, e precisa ter as condições de desenvolvimento dessa sua qualidade, ou seja, deve adquirir como primeira língua, a língua de sinais de sua comunidade, que deve ser acatada como língua natural dos surdos, e, como segunda, a língua oficial da maioria linguística de seu país. Para esta concepção linguística estas duas línguas não devem ser utilizadas simultaneamente como propõe a comunicação total sob alegação de que as estruturas linguísticas das duas línguas sejam mantidas e suas diferenças sejam respeitadas, aí se tem a principal base de sustentação do bilinguismo. Vejamos o que dispõe Skliar (2013, p. 184)

É fundamental que se entenda que promover uma abordagem educacional bilíngue envolve considerar não somente a necessidade de duas línguas, mas, dar espaço privilegiado e prioritário à língua natural dos surdos, bem como considerar a identidade e a cultura surda como eixo fundamental.

Em se tratando dessa proposta educacional bilíngue ainda não existem muitas experiências consolidadas, porém muitas discussões têm sido empreendidas em meio aos surdos. Conforme discorre Skliar (2013), um dos principais pesquisadores do bilinguismo no Brasil, essa é uma proposta que surge como um reconhecimento político da surdez como diferença. Os autores, tais como Fernandes (2005, 2008), Quadros (2004, 2006), entre outros, que pesquisam, discorrem e defendem o bilinguismo apreendem o surdo de forma bastante distinta dos autores que defendem o oralista e a comunicação total. Para os bilinguistas, o ser surdo não deve aspirar uma compreensão da vida conforme o ouvinte, ao contrário, deve aceitar-se e assumir-se como diferente, de cultura distinta por consequência de sua surdez.

Na expectativa do bilinguismo, a língua de sinais é tida como a primeira língua do surdo e a língua majoritária de seu país na modalidade oral e escrita deve ser considerada como segunda. Essa perspectiva

sobre a questão da surdez e do surdo possui apoio dentro da comunidade surda, porém as questões não são simples, conforme expressa Quadros (2006, p. 54)

Essa forma de ver a educação de surdos acaba caracterizando dois modelos educacionais: um representado pela escola regular e o outro, pela escola especial. Dessa forma, os professores do ensino regular tendem a transferir a responsabilidade pelo ato de ensinar aos professores da educação especial. Essa situação sobrecarrega o aluno surdo, que fica com uma excessiva carga horária em seu processo educativo, tornando-se um segregado na escola regular, por não ter uma modalidade de ensino que reconheça a sua forma de aprendizagem.

Apesar das muitas críticas ao sistema atual de educação de surdos, inclusive pelos próprios surdos, a filosofia do bilinguismo avança em discussão nas últimas décadas, principalmente no âmbito nacional com a consolidação da Lei nº 10.436 de 2002, que concebe a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como sendo uma língua oficial do Brasil, configura-se, então, como uma proposta recente defendida por linguistas voltados para o estudo da língua de sinais. Fundamenta-se, como já dito antes, em princípios basilares, um desses princípios consiste na premissa de que o surdo deve adquirir como sua primeira língua, a língua de sinais com a comunidade surda.

De certa forma, essa aquisição primeira seria um facilitador na compreensão e no desenvolvimento de conceitos e sua inclusão em sociedade de maioria ouvinte. Infere-se, ainda, que o uso da língua de sinais deve ser autônomo e não simultâneo e que deve ser ofertado à criança surda o mais cedo possível, considerando que o seio familiar é o primeiro lugar em que o surdo deve alicerçar sua cultura linguística. Dessa forma, a Língua Portuguesa deverá ser ensinada como segunda língua, na modalidade escrita e, quando possível, na modalidade oral.

Assim, resta claro que o Bilinguismo é uma proposta que faz uma releitura das propostas da Comunicação Total, sendo que não julga viável privilegiar a estrutura da língua oral em detrimento da Língua de Sinais. De acordo com Quadros (2006) “constata-se no Bilinguismo um propósito de vincular o trabalho educacional a uma preocupação com a experiência cultural do surdo”. Assim sendo, é fato que essa filosofia apresenta a língua de sinais como um relevante caminho para o desenvolvimento do surdo, em todas os campos do conhecimento, e, como tal, “a educação bilíngue é desejável e viável, manifestando-se tanto melhor quanto mais cedo for introduzido o processo de aquisição da língua oral”. Salles, 2005.

As discussões tecidas por estudiosos como Carlos Skliar e Gladis T.T. Perlin dão conta de que os surdos formam uma comunidade, com cultura e língua próprias, tendo assim, uma forma típica de pensar e agir que devem ser acatadas. Vejamos o que se encontra em Skliar (2013, p. 57)

A cultura surda como diferença se constitui numa atividade criadora. Símbolos e práticas jamais conseguidos, jamais aproximados da cultura ouvinte. Ela é disciplinada por uma forma de ação e atuação visual. Já afirmei que ser surdo é pertencer a um mundo de experiência visual e não auditiva. Sugiro a afirmação positiva de que a cultura surda não se mistura à ouvinte. Isso rompe o velho status social representado para o surdo: o surdo tem de ser um ouvinte, afirmação que é crescente, porém oculta socialmente. Rompe igualmente a afirmação de que o surdo seja um usuário da cultura ouvinte.

Existem duas correntes de estudiosos dentro da filosofia bilíngue. Uma defende que a pessoa surda deve adquirir a língua de sinais e a modalidade oral da língua, o mais precocemente possível, porém separadamente. Somente após essa aquisição o surdo deverá ser alfabetizado na língua oficial de seu país. Outra corrente defende que se deve ofertar num primeiro momento apenas a língua de sinais e, num segundo momento, somente a modalidade escrita da língua. A língua oral, neste caso, tende a ficar em segundo plano. Segundo Quadros (2006, p. 65)

A proposta de coexistência entre a língua de sinais e a língua portuguesa, demandando comparação entre os sistemas linguísticos, traz subjacente a necessidade da alternativa bilíngue, em que a língua escrita e a oral são ensinadas como línguas estrangeiras, ou seja, segunda língua, dependente da aquisição de Libras, o que pressupõe o respeito às diferenças existentes na língua oral, escrita e de sinais.

Destarte, o bilinguismo é uma proposição de ensino utilizada por estabelecimentos de ensino que se comprometem a tornar acessível para a criança surda duas línguas distintas no contexto escolar. Pesquisas, como as que são expressas na obra *Estudos Surdos*, sob a organização de Quadros (2006), têm indicado a viabilidade dessa proposta como sendo a mais apropriada para o ensino das crianças surdas, visto que trata a língua de sinais como língua natural e, a partir desse pressuposto, encaminha o ensino da língua escrita. Os *Estudos Surdos* nos possibilitam uma vasta visão da distinção cultural apreendida por esses estudiosos e nos facultam a oportunidade de distinguirmos como os próprios surdos se descrevem.

Outro alicerce da tendência bilinguista é a busca pelo respeito à autonomia das línguas de sinais, com vistas a consolidar um plano educacional que respeite a experiência psicossocial e, principalmente, a diferença linguística da criança surda.

Nessa circunstância, quando o professor ouvinte domina e utiliza a Língua de Sinais, este tem propriedade para comunicar-se de maneira efetiva com seu aluno surdo. Assim, a inserção da Língua de Sinais no currículo das escolas para surdos é um indicio de respeito a sua diferença. É o que, de fato, caracteriza uma escola inclusiva para esse alunado. Infere-se então que o aluno surdo, para desenvolver satisfatoriamente suas potencialidades, precisa de professores que sejam dinâmicos e motivados e o favoreçam no processo de aprendizagem o tornando fluente na linguagem. Somente assim, havendo respeito e considerando às suas necessidades educacionais, é que será provável proporcionar o completo desenvolvimento emocional e cognitivo ao aluno, surdo ou não, no contexto social. O pensamento de Quadros, (2006, p. 69), sintetiza bem os propósitos da educação bilíngue

Em síntese, compreende-se que, no processo de inclusão, cabe à escola se adaptar às condições dos alunos e não os alunos se adaptarem ao modelo da escola. Infere-se, portanto, que a inclusão exige ruptura no atual sistema educacional, pois estabelece o acesso à escola sem discriminações, sem excluir ninguém do infinito significado do conceito de educar. Essa postura ainda será mais ética se superar o falar e o decidir pelo outro, comportamento tão comum nas práticas sociais que envolvem pessoas diferentes.

Em relação à educação de surdos e a filosofia do Bilinguismo serão apontados maiores detalhes no texto subsequente, considerando a relevância e a solidez do tema para a comunidade surda. Afinal, faz-se necessário distinguir as diferenças dos alunos, perante o procedimento de ensinar e aprender e primar pelo conhecimento e o avanço de todos.

O BILINGUISMO E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE SURDA

No que tange as questões relacionadas à educação de surdos compreende-se que existe a mesma necessidade de se buscar condições de aprendizado tal qual ocorre na educação de ouvintes. Contudo, alguns fatores preponderam nessa conjuntura da educação inclusiva.

Num contexto de diversidade cultural, promover a educação dos surdos, num ambiente de maioria linguística de ouvintes é um enorme desafio. Além disso, existem outros fatores que influenciam negativamente nesse trabalho, a saber: a qualidade imprecisa da educação, como um todo, a precária qualificação dos professores, a defasagem salarial, os altos indicadores de repetência, a evasão escolar e a pouca oferta de recursos tecnológicos são fatores contraproducentes que balizam o sistema educacional do Brasil. Tamanhos desafios na educação de surdos, igualmente influenciados por tais problemas, são acentuados pela existência de uma forte tradição, advinda da origem dos processos educativos das remotas escolas especiais, que sempre pautaram em corrigir esses indivíduos e que empreendeu inúmeras diligências na tentativa de oralizá-los, monopolizando o tempo e os expedientes que deveriam ser aproveitados na sua formação intelectual. Em relação a esse equívoco, que no decorrer da história da educação do surdo lhe renderam um enorme retrocesso, Sá (2006, p. 16) enfoca

Nesse contexto aparecem os surdos, pessoas geralmente colocadas às margens do mundo econômico, social, cultural, educacional e político; pessoas narradas como deficientes e incapazes, desapropriadas de seus direitos e da possibilidade de escolhas. A situação a que estão submetidos os surdos, suas comunidades e suas organizações, no Brasil e no mundo, têm muita história de opressão para contar.

Desarticular essa tradição e desconstruir os preconceitos que fundamentam essas práticas tem sido um procedimento extenso e pouco operante. Tal ação depreende um constante investimento na formação de professores e o envolvimento responsável da comunidade escolar. Isso permite que seja verificado e revisto o modo pouco satisfatório com que os surdos são idealizados, e que sejam estabelecidas técnicas que considerem a diferença surda na configuração da aprendizagem particular, especial e cultural da pessoa surda. A despeito disso pondera Sá (2006, p. 65)

Especificamente, destaca-se aqui a situação de surdos, um grupo que tem sido definido socialmente, antes de qualquer outra definição possível, como “deficiente”, ‘menor’, ‘inferior’ (quantitativamente falando) – um grupo “desviado da norma”.

A educação de surdos, na última década, tem estado na mira de inúmeras reflexões, especialmente no que concerne ao ensino da Língua Portuguesa na modalidade escrita para a comunidade surda. O surgimento da Lei de Libras, Lei nº 10.436 de 2002, propiciou o começo das discussões referentes à condição de ser bilíngue, o respeito às peculiaridades linguísticas e o incremento de práticas de ensino que estejam atentas às especificidades do aprendiz surdo.

No Brasil, pesquisadores têm se atentado à realidade escolar do surdo, (QUADROS, 2006; SALLES et al. 2005, AUDREI, 2009 entre outros) identificaram e pontuaram alguns entraves no processo de aprendizagem da segunda língua e procuraram apresentar propostas viáveis para a utilização de práticas pedagógicas que considerassem a realidade linguística da pessoa surda. Em meio aos trabalhos existentes, sobressaem-se as publicações: *Ideias para ensinar português para alunos surdos*, de Quadros (2006) e *Ensino da língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica*, volumes I II de Salles (2005). A primeira obra é direcionada aos profissionais que atuam nos primeiros anos do ensino fundamental e que desejem desenvolver um trabalho pedagógico na perspectiva de educação bilíngue. A segunda obra traz, no primeiro volume, relevantes reflexões sobre a situação linguística e cultural do surdo, estabelecendo o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para os surdos no campo das políticas de língua e da legislação vigente da educação nacional. O segundo volume sugere oficinas temáticas direcionadas ao ensino de Língua Portuguesa para surdos, trazendo como exemplos práticos algumas etapas da elaboração, da aplicação de fundamentos teóricos e metodológicos no desenvolvimento das atividades pedagógicas.

As atividades propostas nas obras mencionadas, e em outras do gênero, são destinadas a alunos com conhecimento de nível intermediário do português e abordam questões gramaticais, de leitura e produção de textos. Sobre essa educação diferenciada Sá (2006, p. 91) reafirma “Ao fazer a defesa da utilização do bilinguismo e de uma postura multicultural na educação de surdos, se está pleiteando mudanças radicais; mas não se está cometendo delírios infundados”.

Hall (2004) evidencia que a língua, enquanto sistema social e não individual, pressupõe a necessidade de interação com o outro para que seja significada. E quando se trata do surdo inserido neste sistema social, a Língua Portuguesa, evidentemente, ganha um lugar de destaque. A escrita se concebe num importante recurso de comunicação e que os surdos não podem ignorar, visto que; sem a modalidade escrita as possibilidades de integração no mundo ouvinte restam limitadas bem como o acesso metódico à rede de informações no meio social, considerando ainda que convivemos em uma sociedade na qual a leitura e a escrita são basilares.

Não se pode olvidar que o estudo da concepção de educação bilíngue é uma discussão ainda em propostas que concebem a língua de sinais como eixo fundamental, conforme evidencia Sá (2006, p. 85)

Os resultados positivos que se vêm conseguindo, bem como toda a discussão que tem sido levantada quanto ao fracasso das abordagens anteriores, têm levado a que todas as propostas de educação de surdos desejem a adjetivação “bilíngue”. No entanto, esta é uma adjetivação também incompleta, pois, embora desejável por negar a ideologia oralista dominante e por pressupor a língua de sinais como primeira língua, nada diz quanto à questão das culturas envolvidas, das identidades surdas, das lutas por poderes, saberes e territórios.

Contudo, o ideal é a efetivação de políticas educacionais para as diferenças, que por intermédio de atuações sólidas modifiquem a realidade do aluno surdo, favorecendo assim a consolidação de uma educação pautada em resultados positivos para que esse sujeito compreenda que sua identidade é construída no bojo dessa discussão. E é essa compreensão que o constitui como autor e ator em suas próprias conquistas históricas.

Vale ressaltar que o letramento do indivíduo surdo é imprescindível para que os resultados positivos da educação bilíngue, o tornem capacitado para identificar e vivenciar com mais propriedade uma língua visual espacial, beneficiando as oportunidades de experiências visuais. São essas experiências vivenciadas e exploradas pelos surdos, principalmente na questão linguística que o consolidam e o constituem como de identidade e cultura distintas dos ouvintes, formando uma minoria capaz de promover seu desenvolvimento integral desde que a eles lhes sejam franqueadas as oportunidades que sabidamente lhes são de pleno direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de pesquisa aqui disposto contribuiu, através do levantamento bibliográfico e documental realizado, para conhecimento da realidade educacional do surdo e, através das análises efetuadas, trouxe à reflexão quais mudanças podem ser implementadas em direção a uma reconstrução teórica e pedagógica que favoreçam a problematização da diferença e da condição linguística e identitária do aluno surdo, bem como sopesar a forma como o ensino lhes está sendo ofertado, para que haja uma consolidação da sua identidade como sujeito de sua própria história. Importante frisar que a trajetória histórica do surdo, em termos educacionais, precisa ser reconhecida como uma luta de sua categoria no sentido de alicerçar a diferença como pressuposto para oportunidades e não para segregação ou exclusão. Reiteramos enfim que, para se conceber o sujeito surdo como o responsável pela construção de sua identidade é preciso reconhecer sua história, suas lutas e suas conquistas, principalmente, no que diz respeito à sua educação.

REFERÊNCIAS

- ALBRES, Neiva de Aquino. **Libras em estudo: ensino-aprendizagem** / Neiva de Aquino Albres (organizadora). – São Paulo: FENEIS, 2012.
- GOLDFELD, Marcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista** - 2ª ed.- São Paulo: Plexus Editora, 2002.
- QUADROS, Ronice M. de. **Estudos surdos I** / Ronice Müller de Quadros (org.). – [Petrópolis, RJ] Arara Azul, 2006 a.
- QUADROS, Ronice M. de. **Ideias para ensinar português para alunos surdos** / Ronice Muller Quadros, Magali L. P. Schmiedt. – Brasília: MEC, SEESP, 2006 b.
- SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima...[et al.] **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica**. – Brasília: MEC, SEESP, 2005.
- SÁ, Nídia Regina Limeira. **Cultura, poder e educação de surdos**. São Paulo: Paulinas, 2006.
- SANTOS, Emmanuelle Félix dos. **PESQUISAS SOBRE LIBRAS: sentidos atribuídos ao seu ensino na educação superior**. In ALMEIDA, WG., org. **Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente** [online]. Ilhéus, BA: Editus, 2015
- SKLIAR C. (org.) **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2013.